

## **Anistiado político: LUIZ CARLOS ORRO DE FREITAS**

**Data de nascimento: 19/07/1958**

Sou Luiz Carlos Orro de Freitas, completo 54 anos agora em 2012. Nasci em Belo Horizonte, em 1958, e fui criado aqui em Goiás, em Uruaçu, na fase da infância e pré-adolescência. Minha mãe era filha de italianos, meu avô e minha avó eram camponeses e vieram da Sardenha, em um período, no início do século XX, em que havia muita crise e muita fome na Itália. Meu avô foi um exímio carpinteiro, um operário construtor de telhados em toda a cidade de Belo Horizonte.

Meu pai era filho de uma professora, uma das primeiras professoras primárias da cidade de Uruaçu, e se formou engenheiro civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalhou na construção da Belém-Brasília, de várias outras rodovias em Goiás e também na construção da usina de Itaipu. Nós tivemos na família essa tendência de não ficar muito tempo em um só lugar. Meu pai era como peão de trecho e a família toda o acompanhava. Foi um pouco da parte inicial da nossa infância.

Na infância, uma das coisas que mais me marcou quando minha mãe morreu em Uruaçu, em 1965, fomos morar com os avós em Belo Horizonte. Lá chegando, vi pessoas de uma favela próxima ao bairro de Santa Tereza onde morávamos revirando latas de lixo em busca de alimentos. Então, eu, com sete, oito anos de idade, achava um absurdo como as pessoas podiam comer restos de comida vindas da lata de lixo. Foram essas coisas que foram me conduzindo para esse campo da esquerda, para essa luta que levo até hoje com muito orgulho.

Desde criança fui observando, gostava muito de ler; um dos locais preferidos que eu frequentava na pequena Uruaçu era a Biblioteca Municipal. Lia muita coisa e procurava adquirir conhecimentos. Sempre fui assim, como me chamavam no colégio das freiras, um menino rebelde. Até que um dia na aula de catecismo, eu participava da Cruzada Eucarística, toda família muito católica, aconteceu certo incidente nos debates da aula de catecismo e me mandaram para a madre superiora. Ela dizia que as perguntas que eu fazia não eram possíveis de serem respondidas, que o estudo de ciências que eu estava fazendo era outra coisa, que religião tinha que acreditar, tinha que ter fé. Foi a partir de então que, com 12 anos de idade, aconteceu esse rompimento com essas ideias religiosas e eu fui me formando um cidadão com ideias de esquerda, ideias revolucionárias e libertárias e acabei me tornando comunista, desde os anos 70. Participei dos últimos anos da ditadura, em meados dos anos 70, participei de toda a luta para a conquista da liberdade para o Brasil.

Comecei no movimento estudantil através da luta pela reconstrução da UNE, reconstrução do DCE da Universidade Federal, dos centros acadêmicos, ali fui me integrando à luta.

Entreí na Universidade Federal no ano de 1978, na turma de jornalismo. Naquela época acontecia no Brasil a campanha pela anistia, pela libertação dos presos políticos, a campanha pela Assembleia Nacional Constituinte, a campanha em verdade pelo fim da ditadura e pelo fim do estado de arbítrio do regime militar.

Antes, com 15 ou 16 anos, já havia sofrido uma prisão nos tempos do ginásio, por conta do arbítrio de um delegado de polícia. Fui defender um grupo de jovens e fui espancado por esse delegado que me “enfiou” na Casa de Detenção, onde estavam presos na mesma cela

assassinos, homicidas, assaltantes, entre outros. Uma prisão completamente arbitrária; de tão arbitrária, nem registro disso ficou. Fui tirado de lá ao raiar do dia, por um advogado que minha madrasta conseguiu.

Naquela época eu já tinha uma paixão pela música e participávamos das atividades culturais, dos festivais de música nos tempos do Colégio Pré-Universitário. Festivais que infelizmente acabaram. É preciso inclusive que sejam retomadas essas atividades com a juventude brasileira. A partir daí, também, com atividades que aconteciam no DCE da Universidade Federal. Eu me lembro do Cine Clube Antônio das Mortes, que todo sábado à tarde exibia filmes e logo após aconteciam debates. Aquele era o momento de reunião, debate e troca de ideias; era onde íamos adquirindo consciência política. Tivemos grupos de estudo com participação de professores da universidade. Procurávamos estudar sobre economia política, sobre o Marxismo, e assim fomos nos formando. Foi nessa época que entrei no PCdoB, que ainda era um partido perseguido, um partido clandestino. Completo neste ano 33 anos de militância ininterrupta no Partido Comunista do Brasil. O PCdoB foi pra mim uma grande escola, e como dizia Lenin: “O ser comunista é a honra e o orgulho do nosso tempo”.

## **O GOLPE**

“Há soldados armados, amados ou não. Quase todos perdidos, de armas na mão. Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição: De morrer pela pátria e viver sem razão”. Essa música ficou na minha lembrança desde os 10 anos de idade. Em 1968 morávamos em Uruaçu, na casa dos padres, uma casa que meu pai alugava, e recebemos a visita de duas jovens estudantes da UNB que ficaram lá por cerca de um mês. Depois fiquei sabendo que elas não estavam passando férias, o que havia acontecido era que o Exército tinha invadido a UNB e prendido muitas pessoas, e elas com o apoio da família, se deslocaram até Uruaçu para passarem alguns dias. Elas levaram um gravador que tocava essa música o dia todo e acabei aprendendo. Era um gravador de rolo muito grande, do tamanho de uma caixa, que era uma novidade para todos naquele tempo em Uruaçu.

Em 1968 ou 1969, também me lembro, eu chegava da escola - estudava no colégio das freiras - tinha que trocar o uniforme, pegar a marmita, era daquelas de cinco bandejas, e ir à pensão buscar o almoço da família - era minha tarefa doméstica. Chego à pensão do seu Rodolfo e a pensão estava “coalhada” de soldados do Exército: metralhadoras, fuzis para todo lado, e eu passando e dizendo que queria o almoço, que tinha ido buscar a marmita, e me colocaram para correr de lá, diziam: Não tem marmita aqui não menino, some daqui!

Rodolfo estava preso, e Zé Sobrinho, irmão dele, estava sumido. Tinha fugido para o mato, tinha “vazado” no cerrado. Eram o Rodolfo Fernandes Carvalho e o José Sobrinho Fernandes Carvalho que eram na época dirigentes do Partidão, do PCB; foram as pessoas que ajudaram a organizar e deram o apoio a toda aquela luta camponesa de Trombas, do Formoso. Trombas era distrito, território de Uruaçu naquela época, final dos anos 50.

Eu conheci muito tempo depois, inclusive filhos deles, o Alan, a Hélia, o Natan. Os pais tiveram que mandá-los para estudar fora, na Tchecoslováquia, na União Soviética. Era aquele clima de perseguição que existia no Brasil naquele tempo.

Ninguém elegeu um militar para tomar conta do Brasil. Foi eleito Jânio Quadros, que depois renunciou e assumiu o vice, o presidente João Goulart, Jango. Os militares não quiseram

aceitar, desde 1962 tiveram que fazer a questão do parlamentarismo, mas acabaram dando o golpe em 1964. São os mesmos setores militares, os mesmo setores das elites econômicas, dos grandes meios de comunicação, dos industriais, dos latifundiários que em 1954 provocaram o suicídio de Getúlio Vargas. Por quê? Porque não queriam a criação da Petrobrás, não queriam que tivesse aumento de salário mínimo, não queriam um governo nacionalista, um governo que procurasse o desenvolvimento do Brasil.

Em 1964 acabaram vitoriosos com o apoio de forças da igreja, da chamada classe média, de setores conservadores e da elite econômica no essencial. Eles pregavam o medo do comunismo, falavam que o comunismo ia tomar conta do Brasil. Tudo “balela”, pois João Goulart não era comunista. João Goulart era um presidente que poderia ter lá ideias de centro-esquerda quando muito, mas não passava disso.

Meu primeiro contato, quando tomei consciência de que existia uma ditadura no Brasil, foi quando vi a tropa invadindo e fechando a pensão. Esse batalhão do Exército ficou acampado dentro de Uruaçu, em um terreno do órgão de saúde pública. Que era o SANDU naquela época. Ficaram lá, cavaram trincheiras, tinham cercas de arame farpado, faziam treinamentos.

Éramos muito danados. Eu com os irmãos, os primos e os amigos, subíamos no pé de manga do quintal da vizinha e ficávamos observando a movimentação do exército. Gostávamos de caçar passarinhos, fazíamos garruchas artesanais, e vimos na mão de alguém uma cápsula de fuzil, era uma cápsula grande, e fizemos um plano para termos uma cápsula daquelas para fazermos uma garrucha maior. Entramos à noite, por debaixo do arame farpado, pulamos na trincheira e saímos com os bolsos cheios de cápsulas de fuzil para fazermos as garruchas. Cronometrávamos no relógio quanto tempo a sentinela que vigiava a noite gastava para dar a volta. Muito tempo depois, já com mais idade, é que fui perceber a loucura que tínhamos feito, poderíamos ter morrido todos.

Essa era a nossa vida: pescar, caçar, andar de bicicleta; fazíamos campinhos de futebol na enxada, pista de bicicross, éramos uma meninada muito ativa. Uma dessas garruchas que fazíamos foi levada para dentro da sala de aula. Um colega, que hoje é delegado da Polícia Federal, disparou um tiro (não irei citar o nome porque ele pode não gostar); o outro, o que levou um chumbo no dedo que sangrou, hoje é advogado, o Gilmar Mota. A garrucha fui eu que levei, mas o tiro não fui eu que disparei não.

## **MILITÂNCIA**

A ditadura militar já vinha dando sinais de fragilidade e desgaste. Eu me lembro que em 1974 no ginásio, éramos do Ginásio Rui Brasil Cavalcante, no Setor Sul, eu e outro colega, o Ciro Lisita, que foi professor da UFG, já falecido, inventamos de sair fazendo pichações “MDB”, que era a grande campanha de oposição em 1974, quando a ditadura sofreu uma derrota política. A diretora fez um escarcéu no ginásio, passou de sala em sala dizendo que a Polícia Federal ia até lá, que tinham subversivos na escola, que ia fazer exames na caligrafia; e nós ficávamos com cara de paisagem como se não fosse conosco e não tivéssemos nada a ver com aquilo. Combinamos então de começarmos a treinar fazer as pichações com a mão esquerda para disfarçar a letra. Se a polícia viesse examinar, não nos pegava.

A ditadura vinha acumulando desgastes e em 1978, foi quando entrei na Universidade Federal de Goiás, era um momento de muita efervescência, já existia uma diretoria provisória do DCE,

porque as entidades estudantis tinham sido todas perseguidas, extintas e desmanteladas pela ditadura militar. A UNE e a União Estadual dos Estudantes de Goiás foram extintas, os DCEs e os centros acadêmicos não mais existiam. Eles inventaram nas legislações da ditadura, procurando institucionalizar o regime de arbítrio, os tais diretórios setoriais. Não existia a entidade própria de cada curso, eram entidades gerais que recebiam recursos, um valor da matrícula de cada estudante, e que tinham que prestar contas ao pró-reitor.

O movimento naquela época era de efervescência e já existia naquele tempo a comissão Pró-UNE que era de estudantes do Brasil inteiro procurando a reconstrução da UNE. Em 1978, quando entrei na Universidade, era esse o caldo de cultura. Circulavam na universidade documentos, materiais, jornais e começamos a ter acesso àquilo. Era o jornal “Movimento”, jornal “O Pasquim”, “Coo Jornal”, eram essas as publicações que traziam as informações e tinham uma linha editorial de esquerda, muitas edições, inclusive, eram apreendidas e proibidas de circular. Era o arbítrio completo, era o tempo da censura. Inclusive, uma das coisas que mais me irritava é que tinham algumas músicas que eram proibidas. Eu não conseguia imaginar o negócio. Como era proibido tocar uma música no rádio, como era proibido cantar? Então, nos tempos do ginásio, nos tempos do segundo grau, eu levava o violão para a escola, cantava Geraldo Vandré, cantava Chico Buarque, e as pessoas falavam: Olha Che-Guevara, vão te prender aí! Era esse sentimento de liberdade que nos movia naquele tempo.

Do ponto de vista partidário, me integrei ao PCdoB a partir de 1978-1979. Formávamos grupos de estudos com pessoas que tinham afinidade de ideias dentro da Universidade Federal e descobrimos que tinha um grupo de estudantes secundaristas que também se reuniam. Marcos Araújo, Virgílio, Edmundo Galdino, Jordaci e vários outros eram também participantes de grupos semelhantes. O que fazíamos naquele tempo? Passamos a ler textos Marxistas, livros do Marxismo e procurávamos conhecer a linha política-ideológica das várias organizações. Lemos materiais da LN, da VPR, do MR8, PCB, PCdoB, da VAR-Palmares, das várias organizações que existiam e concluímos dentre tudo que lemos que a linha mais correta em nossa opinião era a do PCdoB, e então decidimos entrar no PCdoB.

Mas cadê PCdoB? Não tinha PCdoB porque o PCdoB que existia organizado aqui em Goiás foi totalmente destruído na época da ditadura militar. Membros do PCdoB foram mortos na Guerrilha do Araguaia. Foi o caso do Divino Nunes Ferreira que era estudante secundarista de Goiânia e participou da Guerrilha do Araguaia. Outros foram mortos sob tortura, como foi o caso do João Batista Drummond, que foi preso em 1976 no episódio conhecido como “chacina da Lapa”, em São Paulo, quando o comando do 2º Exército em São Paulo invadiu a casa onde acontecia a reunião da direção nacional do Comitê Central do PCdoB. Mataram João Batista Drummond, Maurício Grabois, mataram o Ângelo Arroio e prenderam vários outros: Aldo Arantes, Aroldo Lima e Elza Monnerat.

Nós discutíamos a partir dessas orientações, e uma das coisas que nos motivou a entrar para o PCdoB era a linha mais ofensiva, mais revolucionária que apresentava. Tinha toda aquela mística com a questão da Guerrilha do Araguaia, do enfrentamento corajoso que aqueles militantes fizeram na selva do Araguaia, antigamente era o norte de Goiás e a região do sul do Pará, para também mobilizar a população daquela região e contribuir para o fim da ditadura.

O Partido naquele tempo estava numa situação muito difícil e uma forma que encontraram para o ele aparecer foi através de um jornal que foi criado legalmente, chamado “Tribuna Operária”. Nós passamos a vender este jornal, que era distribuído semanalmente. Recebíamos os

exemplares através de empresas de ônibus, outras vezes despachados através de empresas de aviação. Nós vendíamos o jornal na Universidade, na Praça dos Bandeirantes, nas feiras. Nossa diversão de sábado e domingo pela manhã era ir para feiras vender o jornal “Tribuna Operária”, denunciando a ditadura e o que ela havia praticado.

Naquele tempo houve um caso escabroso e sinistro que foi o show no Riocentro, em 1981, quando ia se comemorar no Rio de Janeiro o 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. Setores da ditadura militar foram para o show colocar bombas para que o show explodisse. Seria o morticínio de inúmeras pessoas, mas eram tão incompetentes que a bomba explodiu dentro do carro em que eles estavam, um Puma. A bomba explodiu no colo de um sargento que morreu e feriu um capitão que nunca foi punido, este capitão inclusive foi promovido, fizeram um inquérito de mentira que nunca deu em nada. Era assim que a ditadura funcionava, perseguindo. Também nessa época mandaram carta-bomba para a sede da OAB no Rio de Janeiro, mataram a secretaria; a Associação Brasileira de Imprensa também sofreu ameaças.

Aqui em Goiânia fazíamos vigílias de madrugada em bancas de revistas, banca do Marcão, na Rua Oito com Anhanguera; outra, em frente ao Bradesco, na Praça dos Bandeirantes. Essas bancas eram as que insistiam em vender os jornais alternativos: O Movimento, Coó Jornal, Pasquim, Tribuna Operária, Jornal Unidade, que foi o jornal que o PCB lançou; jornal A hora do Povo, que era do MR8. Eles ameaçavam de explodir as bancas que vendessem esses jornais. No Rio de Janeiro e São Paulo explodiram várias dessas bancas.

Muitas vezes fizemos vigília madrugada adentro tocando violão, conversando, recitando poesias, falando sobre a luta, para fazer esse movimento de proteção a essas bancas. Lembro-me de um dia que estávamos na Praça dos Bandeirantes, no começo da madrugada chegou um deputado, deputado Lino de Paiva, que era da linha do MDB autêntico, para nos dar seu apoio. Perguntou se estávamos preparados, dissemos que sim. Perguntou o que tínhamos levado. Dissemos que havíamos levado livros, violão, um garrafão de vinho, vinho Canção, vinho Sangue de Boi, que era o que conseguíamos comprar na época para passarmos a noite. Ele nos disse: A preparação é essa aqui. Ele levantou a camisa e estava armado com um revólver. Dissemos que de armas não tínhamos nada, só tínhamos nossas ideias. Ele disse que tínhamos que nos preparar melhor para aquela ação.

Fui eleito, em 1979, presidente do Diretório Setorial de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal. Diretório que representava onze cursos. Fomos eleitos em uma grande aliança, eram as forças do PCdoB, do PCB, entre outros. Fomos eleitos com o seguinte programa: Vamos ganhar o Diretório Setorial e vamos implodi-lo. E fizemos isso. Ao final da nossa gestão, estavam criados os centros acadêmicos de cada curso. Esse foi o nosso trabalho, trabalho de formiguinha, de convencimento dos estudantes de cada curso a constituírem suas próprias entidades, o centro acadêmico livre.

Ao final, fizemos uma assembleia com os estudantes repartindo os bens do Diretório Setorial entre cada um dos cursos e prestamos contas aos estudantes do que havia sido feito. Na sala imensa que pertencia ao Diretório, mandamos instalar divisórias, ficando uma sala para cada centro acadêmico, para cada curso.

Isso já foi uma grande vitória, foi um início muito importante. O pró-reitor da UFG me chamava de desesperado, dizia que eu não podia fazer aquilo, que eu tinha que ter responsabilidade, que tinha o Decreto 447, tinha o Decreto 2008, que eu estava descumprindo a

lei e que eu tinha que prestar contas para ele. Eu disse: senhor reitor, sinto muito, mas eu já prestei contas aos estudantes, estou lá os representando. Assim foi feito o trabalho naquela época.

Nesse momento foram feitas várias manifestações e mobilizações. Nós lutávamos pela melhoria da educação, da qualidade de ensino. Fizemos um levantamento naquela época e os laboratórios da Universidade estavam sucateados. Inclusive, voltei há alguns anos atrás na Universidade e estavam usando as mesmas cadeiras de 1978. Era um “bagaço” total, as universidades não tinham papel-higiênico, não tinham sabonetes, não tinham materiais para o laboratório. Às vezes eram comprados equipamentos caríssimos, mas não tinham os insumos para a utilização, não tinham professores o suficiente. Essa era a nossa luta na exigência da melhoria da educação.

Denunciávamos naquela época os acordos MEC-USAID, que foram acordos espúrios feitos pelo governo militar do Brasil com o governo dos Estados Unidos. Foi uma grande tentativa do governo dos Estados Unidos de disseminar aqui suas ideologias, seu modo de vida americano e suas convicções. Queriam na verdade amordaçar o sentimento, a consciência crítica dos estudantes brasileiros, da universidade brasileira enquanto centro de produção de conhecimento, centro de produção de tecnologia própria, e criar profissionais amestrados, formados em uma linha única para aceitarem aquela concepção de mundo e de sociedade que eles defendiam. Nós enfrentamos isso e fazíamos mobilizações, greves. Aconteceu uma greve histórica em que a universidade parou por vários dias. Os estudantes levantavam essa luta.

Fazíamos manifestações, me lembro de uma vez que veio à Goiânia o general Stroessner, ditador do Paraguai, e viria junto o general Figueiredo, ditador do Brasil, para fazerem a abertura da Exposição Agropecuária. Estavam divulgando que vinham esses dois ditadores, e nossas reuniões iam madrugada adentro.

No dia estávamos preparados, preparamos toda uma logística, pequenas faixas enroladas nas pernas das pessoas, faixas dobradas e colocadas dentro das roupas das meninas, tudo preparado para que entrássemos na “Pecuária” para abrímos essas faixas na presença dos ditadores.

Tivemos a ideia de fazermos uma manifestação na Praça Universitária um dia antes da chegada dos ditadores. Eu me lembro que passamos a madrugada toda rodando panfletos que diziam: Fora Figueiredo, Fora Stroessner, Abaixo a ditadura! O panfleto conclamava a população a reagir e repudiar a vinda desses ditadores à Goiânia.

Nós rodamos os panfletos em uma gráfica que era da Câmara Municipal de Goiânia, com o apoio de alguns vereadores. Esta gráfica ficava na Rua 66, em frente ao DOPS. Passamos a madrugada toda em frente ao DOPS rodando esses panfletos para a realização da manifestação. No outro dia cedo, as universidades praticamente paralisadas, a Praça Universitária cheia de estudantes, mais de cinco mil estudantes, e a tropa de choque começou a cercar e a dizer que ali não seria permitido. Diziam que a manifestação era ilegal, que teríamos que nos dispersar. Nós sentávamos, hasteávamos a bandeira do Brasil, cantávamos o Hino Nacional para tentarmos convencer alguns dos policiais; gritávamos para os policiais dizendo que eles também eram explorados. Eles começaram a soltar os cachorros e bombas de gás lacrimogênio, o pessoal resistia, mas quando os cachorros começavam a morder e o sangue a escorrer, virava aquela balburdia. Corremos e nos refugiamos na Faculdade de Direito da UFG - a tropa de choque em frente, jogando bombas de gás lacrimogênio.

Alguns de nós tiveram que sair no carro do líder do PMDB, o deputado Costa Lima; saímos no carro oficial dele direto para a Assembleia. Transferimos, então, o ponto de vigília para dentro da Assembleia. A polícia, querendo nos prender, colocava policiais à paisana infiltrados, detectávamos vários destes. Inclusive, certa vez encontramos um estudante que se transferiu do Maranhão para Goiânia, muito cheio de ideias; fomos pesquisando sobre ele e o pegamos entrando na Polícia Federal, que era próximo à Praça Universitária. Confirmamos que ele realmente era agente da Polícia Federal infiltrado.

A Praça Universitária era o que chamávamos de território livre, ali os estudantes se reuniam, faziam assembleias, mobilizações, e a polícia não podia entrar. Era algo que tentávamos negociar com as forças da repressão naquela época, que eles não entrassem nas universidades, nem na Praça Universitária.

Quando muitas pessoas se reuniam, víamos que estávamos com força, propúnhamos que a passeata fosse até o centro da cidade; nós tínhamos uma meta a conquistar: a Praça dos Bandeirantes. A Praça dos Bandeirantes era o ícone de toda manifestação, a meta era chegar à Praça dos Bandeirantes. Tudo que a polícia, as tropas de choque e a ditadura não queriam era que estivéssemos ali, porque ali era o centro, passavam milhares de pessoas. Se ficássemos na Praça Universitária, no campus, para eles era “menos pior”. Mas muitas vezes forçamos para vencer o cordão da tropa de choque para descermos e irmos até a Praça dos Bandeirantes. Aliás, essa era uma grande polêmica que acontecia nas assembleias: algumas forças políticas queriam a aprovação para que fossemos até o centro, outras queriam que ficássemos só ali para que não fizéssemos provocação e enfrentamento com a polícia. Esse foi um momento pelo qual passamos.

O movimento estudantil cresceu muito. Depois aconteceu o movimento para a conquista da meia entrada nos cinemas e espetáculos. Essa era uma luta antiga, os estudantes já haviam conquistado esse direito anteriormente, mas a ditadura acabou com esse direito também. Foi uma grande luta, mas conquistamos.

Depois veio a luta pelo meio passe no ônibus do transporte coletivo, foi aquele grande movimento do pula catraca. Era a época em que a Denise Carvalho era presidenta do DCE da Universidade Federal e liderou tudo aquilo. Aconteceram muitos enfrentamentos com a polícia, muitas prisões; eram centenas de estudantes levados ao distrito policial todos os dias. Também tiveram umas “pauleiras” porque o pessoal acabava reagindo; eram ônibus quebrados e incendiados.

Tem uma repórter da TV Anhanguera que diz que sou o salvador dela. Um dia no campus, numa verdadeira batalha campal, ônibus apedrejados e incendiados, a polícia “baixando o pau”, bombas de gás para todo lado, os estudantes pegaram o carro da TV Globo, o pessoal sempre teve essa “birra” com a TV Globo, e queria virar o carro. E ela, nossa colega do curso de jornalismo que já estava trabalhando, grávida, dentro do carro apavorada, e o pessoal querendo virar o carro. Eu subi e pedi para que parassem, pois ela estava grávida.

Participamos de manifestações no Rio de Janeiro em defesa do prédio da UNE, que é um prédio histórico situado na praia do Flamengo, número 32. O prédio foi conquistado na década de 1940, quando a UNE “puxou” os estudantes para que o Brasil entrasse na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados na luta contra o Nazismo e o Fascismo, pois existiam pessoas que

queriam que o Brasil entrasse na guerra do lado da Alemanha e da Itália fascista. No prédio da UNE funcionava justamente o Clube Germânico, que era uma organização de mentalidade nazista. Os estudantes entraram e tomaram o prédio. O governo Getúlio Vargas na época acabou passando o prédio para a União Nacional dos Estudantes. Pois a ditadura tomou, derrubou o prédio e queria tomar também esse patrimônio dos estudantes, que agora será reconstruído com projeto de Oscar Niemeyer, com a ajuda que tiveram do governo do presidente Lula e agora também da presidenta Dilma. Eram essas mobilizações todas e a defesa de democracia para o Brasil.

## **RECONSTRUÇÃO DA UNE**

Particpei desse processo de reconstrução da UNE e fui um dos delegados do curso de Jornalismo para o histórico Congresso de Reconstrução da UNE, que aconteceu no dia 29 de maio, em Salvador na Bahia. Saíram daqui de quatro a cinco ônibus da Praça Universitária. Estudantes da UFG e da Católica rumo a Salvador, tudo pago com o dinheiro arrecado em sinaleiros, pedágios, vendendo bolos, com a ajuda dos professores, muitas vezes com ajuda também dos pais, da família, e profissionais liberais que ajudavam essa luta.

Eu me lembro que daqui para Salvador fomos parados 11 vezes. A viagem mal havia começado e no primeiro posto da Polícia Rodoviária, próximo a Morrinhos, já pararam os cinco ônibus. Todos tiveram que descer e ficar enfileirados com identidade na mão. A polícia saiu fichando todos, anotando quem eram os subversivos. Naquele tempo não tinha presidente, era um general que fazia o comando do Brasil, era o General Figueiredo, ele foi à televisão, em cadeia nacional, alertar aos pais para que não deixassem seus filhos participarem do congresso da UNE, dizendo que era uma atividade ilegal, que a UNE estava proscrita; mas de nada adiantou, participaram milhares de estudantes do Brasil inteiro em Salvador.

Chegando a Salvador, essas forças de direita que estavam incrustadas nas forças policiais e nas forças armadas lançaram pregos nas entradas da cidade, era um equipamento próprio da ação militar; eram dezenas de ônibus com pneus furados na entrada de Salvador, tudo para atrapalhar o congresso da UNE. Não adiantou, a UNE foi reconstruída em 1979.

Aqui em Goiás fizemos a reconstrução do DCE. Fui candidato à presidência do DCE em 1979 pela chapa Aroeira. Não venci a eleição, mas começamos ali um movimento de uma corrente mais ligada ao PCdoB. Naquele tempo os partidos eram quase todos clandestinos, eram o PCdoB, PCB, a PML, a LN, o MR8; todos eram organizações de esquerda, clandestinas e não podiam aparecer abertamente. Qual era a saída? Nós criávamos as tendências estudantis, criamos a tendência “VirAção”; o PCB criou a tendência “Unidade”; no campo de ultra-esquerda, os chamados trotskistas tinham a “Convergência Socialista”; tinha a “Liberdade e Luta”, que era a “Libelu”. Discutíamos e brigávamos muitos. Às vezes, em alguma campanha do DCE, à noite colávamos cartazes em lugar muito bom, chegava no outro dia os “caras” já tinham arrancado e pregado os deles por cima. Muitas vezes aconteceram brigas homéricas por isso.

Hoje estamos aí: muitos formados, já estabelecidos na vida. Nós nos encontramos por aí e somos amigos de muitos deles, apesar das divergências que aconteciam naquela época. Foi um momento muito bonito.

Em 1980, no segundo Congresso da UNE, em Piracicaba, depois da reconstrução, fui eleito pela chapa “VirAção”; o presidente era Aldo Rebelo, atual ministro dos Esportes do Brasil, que



já foi presidente da Câmara dos Deputados, já foi ministro de Relações Institucionais, já até ocupou a presidência da República por um dia. Uma contradição, pois naquele tempo ele era uma pessoa tida como perigosa e era perseguido.

Nossa diretoria na UNE foi de 1980 a 1981. Percorremos o Brasil todo em manifestações, mobilizações, procurando levantar os estudantes para organizarem suas entidades, lutarem pelos seus direitos. Essa também era uma luta para enfraquecer e por fim à ditadura militar e ao regime de arbítrio. Tivemos esse papel naquela época da UNE de reconstruir e puxar a reconstrução das entidades estudantis no Brasil inteiro.

Em 1981 fizemos uma grande greve puxada pela UNE, que aconteceu em quase todas as universidades de todos os estados do Brasil, denunciando o descaso com a educação e o ensino. Tentávamos dialogar com as autoridades da educação, mas era como brincávamos naquele tempo, a nossa patente era baixa, nossa patente era pouca.

Naquele tempo era uma desgraça total, o presidente do Brasil era um general quatro estrelas; o ministro da Educação, também, era um general quatro estrelas, o general Rubem Ludwig; o chefe de gabinete do ministro da Educação era o coronel Pasquale; ou seja, era toda uma hierarquia militar dentro do Ministério da Educação, era uma barbaridade completa. Então, professores, educadores, cientistas, pesquisadores, eram totalmente uma questão secundária para o Regime Militar.

## **PRISÃO**

Em 1979 eu era presidente do Diretório Setorial dos Estudantes da Universidade Federal. Aconteceu uma grande greve dos operários na construção civil em Goiânia, pedreiros e serventes encheram o Estádio Olímpico, na Avenida Paranaíba, que infelizmente demoliram e está um buracão há mais de dez anos. Era a assembleia dos operários na construção civil e fui levar o apoio dos estudantes. Chegando lá vi que vários daqueles agentes secretos, os à paisana da polícia, já conhecia vários e eles não davam conta de disfarçar, ficavam beirando, tentando escutar o que falávamos. Nós já sabíamos quem eram, eram os tais “X-9”, espões, polícia secreta que ficavam espionando, apurando quem estava participando.

Houve muitos desentendimentos e repressão da polícia, os operários saíram revoltados fazendo o movimento e reagindo às baionetas, cassetetes e bombas. Aconteceu certo quebra-quebra na Avenida Paranaíba. Fui ajudar, e inclusive o hospital que tinha na Avenida Paranaíba com a Avenida Goiás, Hospital Santa Luzia, fechou a porta se negando a atender operários feridos à baioneta e a golpes de cassetetes.

Eu estava denunciando essa repressão toda quando me cercaram - uns doze policiais com baionetas, fuzis - me obrigando a entrar no camburão e me levaram para o DOPS. Estavam lá vários operários sendo espancados depois de presos e algemados. Chegou o secretário de Segurança Pública, era um general do Exército, general Herbert Curado, um baixinho que gritava, falava alto, dava murro na mesa. Eu pensava: Esse cara vai quebrar a mão, que tanto de tapa na mesa é esse? Ele nos xingava. Falou que eu era estudante, que eu não era operário, que eu era o agitador, o cabeça daquilo tudo, um subversivo, um perigo para a nação, um irresponsável. Mas não tinham prova nenhuma daquilo e tiveram que me soltar.

Outra prisão que sofri foi em 1981, quando era vice-presidente da UNE. Fomos levar um grupo de estudantes, e meu irmão, recentemente falecido, Luiz Cláudio foi dirigindo a caminhonete do nosso pai. Fomos pegar materiais de construção na universidade, recolhemos pão e leite dos estudantes no restaurante universitário, recolhemos dinheiro nas salas de aula, naquele tempo os estudantes tinham essa generosidade e participação, nós enchemos a bolsa com moedas e notas, levamos também um material do Hospital das Clínicas, remédios, pois tínhamos uma camarada que estudava enfermagem e levamos para o pessoal da luta pela moradia que tinha ocupado um terreno no Nova Esperança. Quando chegamos lá, as tropas de choque já haviam desmanchado os barracos de lona; colocaram fogo em tudo, “moeram” o pessoal na pancada, até um padre que estava lá, um padre negro, foi espancado brutalmente. Estava lá o advogado da pastoral da arquidiocese, Chico Montenegro, que também foi espancado. Nós chegamos com a caminhonete carregada de tábua, de compensado, de leite, de pão, de remédios, de dinheiro. Chegamos e já caímos na “boca do leão”. Disseram que estávamos todos presos e iríamos para o DOPS. Perguntaram o que era aquilo, dissemos que era uma ajuda dos estudantes. A tropa de choque e o pessoal do DOPS achava aquilo um absurdo. Eles vos levavam, fichavam, mas tinham que nos soltar novamente.

Logo após a campanha das Diretas, em 1984, quando já se aproximava a reunião do Colégio Eleitoral, setores extremados da ditadura, a ultra ultra ultra-direita que tinha lá dentro, um setor mais “Pit Bull nervoso”, quis também “melar” o Colégio Eleitoral quando viram que o Maluf iria perder a eleição para Tancredo Neves. Havia acontecido um racha dentro de setores da ditadura, o Sarney passou para o PMDB e veio a ser o candidato à vice-presidente na chapa com Tancredo Neves. Os comunistas apoiaram esse movimento e esse foi o caminho concreto para que se botasse fim à ditadura. Às vezes um caminho muito diferente do que imaginávamos antes, tiveram até processos de luta armada, mas o resultado foi que a ditadura terminou dessa maneira: no Colégio Eleitoral.

Por volta de outubro de 1984, esse setor mais extremado queria ainda implodir o Colégio Eleitoral e lançou uma operação no Brasil inteiro dizendo que os comunistas estavam se organizando, que estavam colocando as mangas de fora. Naquele tempo aqui em Goiás eu falava como porta-voz da Comissão pela Legalidade do PCdoB, já havia dado entrevistas para alguns jornais, fazia abaixo-assinado, manifestações dizendo que precisávamos legalizar os partidos comunistas, que isso era um requisito democrático mínimo. Esses setores da ditadura organizaram essa operação e, então, fui preso na manhã de 26 de outubro de 1984. Eles me prenderam, invadiram nossa sede, que era também a sede do jornal “Tribuna Operária” que era um jornal legal, que transmitia as ideias, as lutas do Partido, a luta da moradia, da reforma agrária, a luta dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais. A sede da “Tribuna Operária” era uma sede legalizada e nós tínhamos um escritório na Rua 3, no Setor Aeroporto. Esse era como se dizia antigamente um aparelho, era uma sede clandestina que era usada em poucas situações como reuniões mais fechadas e reuniões que exigiam uma maior segurança.

Eu ia chegando pela manhã, sempre usávamos aquelas bolsas a tira colo com os documentos, jornais, tinha um homem na porta, me perguntou pelo nome, me estendeu a mão, eu me apresentei e ele falou que era da Polícia Federal, já foi me arrastando. Perguntei pelo mandado de prisão, ele respondeu: Que mandado o que! Já apareceu outro policial me pegou pelo pescoço, veio um, vieram dois, vieram três e eu abri a boca no mundo dizendo que estavam prendendo um comunista, que estavam me sequestrando, que era a Polícia Federal e pedia que avisassem a imprensa. Uma norma de segurança que tínhamos naquele tempo é que ninguém poderia ser preso clandestinamente, debaixo do quieto, pois assim ficaria mais fácil para eles

sumirem com as pessoas como sumiram com o Ernestino Guimarães, com o Marco Antônio Dias Batista, com o Paulo Celestino. Sumiram com tantos e tantos goianos e centenas de brasileiros que estão até hoje na lista dos desaparecidos políticos. Abri minha boca no mundo, eles me deram uma “gravata”, tentaram tapar minha boca, eu chutava um, cotovelava outro; daí a pouco apareceu um quarto, que era o motorista deles que estava dentro do carro, me pegaram pelas pernas, me carregaram de quatro tentando me colocar dentro de um Fiat 147, e eu não entrava de jeito nenhum. Eles me algemaram pelas costas e me colocaram dentro deste Fiat a socos e pontapés. Entraram dois na parte da frente, dois na parte de trás, em cima de mim. Eu, no assoalho do Fiat, sendo pisado e chutado. Queriam saber nomes, endereços, informações de algumas pessoas. Eu dizia que não tinha conversa com eles e continuava sendo espancado, algemado, uma verdadeira barbaridade a forma como agiam naquele tempo.

Aliás, é muito importante esse trabalho da Anistia, das memórias, porque é o que se faz até hoje. As forças policiais ainda espancam e torturam pessoas. Pessoas algemadas que não oferecem mais nenhuma resistência são brutalmente espancadas. Ainda se consegue informação no aparato policial do Brasil à custa de pancada, à custa de tortura, e isso também precisa ser denunciado. Tudo isso é herança maldita dos tempos da ditadura. É preciso inclusive avançar nessas questões, desmilitarizar essas polícias militares; tem que haver uma polícia científica que aja com inteligência na prevenção de crimes no Brasil.

Foram me espancando, querendo informações, me conduzindo daquela forma até a minha casa. Chegando, me disseram que lá havia um delegado e que fariam uma busca e apreensão. Perguntei pelo mandado e me deram uma porrada, um safanão, me jogaram de cara no chão, já dentro da minha casa, dizendo que não tinham satisfação para dar a comunista subversivo. Reviraram o guarda-roupa, a estante e saíram de lá com a caminhonete carregada; levaram embora meus livros, documentos, coleções de jornais e revistas e me levaram para a Polícia Federal.

Pegaram um vizinho meu, seu Anair, na Vila Santa Helena, atrás da Fama, onde eu morava, o levaram também dizendo que ele seria testemunha. Lá na Polícia Federal queriam que eu assinasse uma lista de materiais apreendidos na minha casa, disse que não assinaria nada. Disseram que aquilo era o que tinha sido apreendido, e eu disse que não sabia o que tinham colocado naquela lista para me incriminar, e não assinei.

Fiquei o dia todo e a madrugada na Polícia Federal. Foram me soltar no raiar do dia seguinte, dizendo que eu seria enquadrado na Lei de Segurança Nacional, acusado de participar de organização de partido proscrito.

Quando fui preso aqui, invadiram a sede do jornal “Tribuna Operária”, no Centro, na Rua 27, perto do Grupo Gracinda de Lourdes, próximo à Igreja Coração de Maria. No Pará prenderam também uns dois ou três; na Bahia, uns oito ou dez; em São Paulo prenderam uns quarenta; prenderam também outros do PCB. Tudo isso para dizerem que os comunistas estavam se reorganizando no Brasil e que precisavam tomar uma providência com relação a isso. Nada adiantou, houve uma grande manifestação do movimento democrático em repúdio a isso. Com todas essas prisões, ficaram sabendo que eu tinha sido preso. Aliás, quem comunicou ao pessoal do PCdoB sobre a minha prisão foi uma pessoa que estava visitando a irmã em um apartamento no Setor Oeste, em frente ao local em que eu havia sido preso. Ela viu o escarcéu que aprontei na rua no momento da prisão, ligou no gabinete do deputado Aldo Arantes em Brasília avisando que tinha sido preso um comunista, me descreveu e o pessoal logo ficou

sabendo que era eu porque eram poucas as pessoas que sabiam daquele endereço, daquele escritório clandestino do PCdoB, no Setor Oeste. Eu era secretário de Organização do PCdoB naquele tempo. O pessoal se mobilizou; os estudantes, o pessoal do Partido, a família; uma multidão de pessoas ficou sentada na porta da Polícia Federal com cartazes exigindo minha libertação e dizendo que só sairiam de lá quando eu fosse solto. Estava lá a Regina, minha esposa que sempre foi companheira nesse período todo de luta, foi também militante, dirigente distrital do PCdoB aqui e professora. Estava também minha filha Renata, que era criança de seis anos de idade; meu filho Maurício tinha uns dois anos de idade, ainda muito pequeno para ir participar dessas situações.

Depois foi um drama na família, me orientavam a viajar para o interior, para a fazenda, ir pescar, ir para uma beira de rio. Diziam que a situação aqui estava muito complicada e que iriam sumir comigo. Mas eu analisava que a ditadura já não estava com essa força toda e que era outro momento.

Difícil depois foi explicar para a Renata, minha filha, uma criança de seis anos, que chega e encontra a casa toda revirada, era como aquelas cenas de filmes quando os policiais entram as gavetas todas reviradas e jogadas no chão, as coisas todas esparramadas, colchões revirados, era um povo sinistro, medonho... Explicar para esta criança onde estava o livrinho de histórias infantis que ela tinha acabado de ganhar no aniversário em julho - haviam levado o livrinho também, pois tinha a capa vermelha, acharam que era um livro subversivo. Como explicar para a criança o porquê da prisão do pai e por que haviam levado o livrinho de histórias dela.

Naquela época recebemos um grande apoio da OAB de Goiás, era o Dr. Olavo Berquó. Quando fui intimado novamente pela Polícia Federal para ser interrogado, ele enviou um conselheiro da OAB para me acompanhar. Esteve lá também nos dando seu apoio o companheiro Tarzan de Castro, na época deputado estadual, que também tem toda uma história de luta desde os anos 60; foi também preso e perseguido várias vezes.

Quando pedi a certidão na ABIN, hoje Agência Brasileira de Inteligência, sucessora do SNI da época, pude comprovar que desde 1978, são várias páginas, que estive tal dia, em tal reunião, em tal local, eles monitoravam nossos passos dia-a-dia até o ano de 1989. A ditadura acabou em 1985, mas até 1989 eles continuaram monitorando. Constava que eu era comunista, que tinha participado de tal reunião, que fui eleito para o Comitê Central do PCdoB, que fui professor da Escola Nacional de Quadros do PCdoB, que tinha todo um esquema de um mês de estudos teórico-ideológicos, que fui professor de história do Movimento Comunista Internacional. Essa perseguição durou na verdade até o ano de 1989.

## **ANISTIA**

Uma grande luta naquela época também foi a luta de conteúdo democrático, a luta pela anistia. Foi uma luta corajosa. Aqui em Goiás tinha o Comitê da Anistia que funcionava na Avenida Tocantins esquina com a Avenida Anhanguera, no Edifício Cine Capri - aliás, quando tinham os bons Cine Capri, Cine Ouro, Cine Goiânia, Cine Santa Maria, Cine Casa Blanca, acabaram-se quase todos os cinemas no centro da cidade, cinema agora só em shopping com um preço absurdo. Em uma daquelas salas funcionava o Comitê da Anistia, era o Pedro Wilson, professor da Universidade Católica e sociólogo, o presidente do Comitê e procurava congregar forças para a luta pela anistia. O objetivo da anistia era que as pessoas que haviam sido perseguidas, que estavam sendo processadas com base nas leis da ditadura, que estavam presas, condenadas

em auditorias militares, verdadeiros tribunais de exceção, que essas pessoas fossem libertadas porque elas não haviam cometido crime nenhum. Cometeram sim um gesto de coragem, de honradez, de luta para que o Brasil voltasse ao estado de direito democrático, para que tivesse fim aquele governo de exceção.

Muitos tiveram seus mandatos parlamentares cassados, sindicatos fechados, outros foram presos e barbaramente torturados, trucidados. Recentemente li sobre a trajetória do Geraldo Vandré, que foi o cantor que empolgou as multidões de juventude naqueles tempos de ditadura. Ele foi barbaramente torturado e “pirou”. Hoje é um ser alienado, fora do mundo, vive como um autista, em um mundo próprio, vítima das torturas que sofreu por parte das forças da repressão.

Muitos ainda estavam presos e os comitês de anistia iam se alastrando pelo país, exigindo a libertação desses presos. Eu me lembro também de uma figura que conheci nessa época, a Dona Quita, professora, dona de um colégio em Anápolis, mãe do Aldo Arantes; uma mulher de coragem, muito religiosa, daquelas carolas, mas tinha coragem e escrevia cartas às autoridades, até ao presidente da República, dizendo que o filho dela, Aldo Arantes, estava preso injustamente e estava sendo barbaramente torturado nos quartéis do 2º Exército, em São Paulo.

Essa luta envolveu muita gente. Um grande papel teve o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, vários outros religiosos como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino, juntamente com professores e personalidades do mundo político que estavam envolvidos nessa luta pela anistia, como Ulysses Guimarães, que era o presidente do MDB naquela época. Essa luta foi crescendo e pessoas que durante certo tempo foram do lado da ditadura passaram a abraçar essa causa. Eu me lembro que fizemos reuniões no DCE, recebemos aqui o grande cartunista Henfil, que veio fazer palestras e lançar um livro, tudo isso era mobilização pela anistia.

Quando Aldo Arantes foi solto, fizemos uma recepção para ele no aeroporto. Aldo Arantes havia sido presidente da UNE antes ainda do golpe de 1964, era um ícone e até hoje é uma legenda para a juventude brasileira.

Na Câmara Municipal, que funcionava na Avenida Goiás quase esquina com a Rua Três, tivemos reuniões, palestras sobre a anistia com Magalhães Pinto, que era político tradicional mineiro, que também teve um envolvimento com apoio à ditadura durante um grande período. A mais monumental de todas foi a vinda de Teotônio Vilela, que era senador da Arena por Salvador durante vários anos e abraçou a causa da anistia. Inclusive, fruto desse trabalho todo, dessas comissões no Congresso Nacional, das visitas e viagens que fez pesquisando, foram lançados dois volumes de publicações desse livro relatando as perseguições e torturas que as pessoas sofreram.

Todos os que participaram dessa luta, todos os que enfrentaram a ditadura militar são pessoas que devem ser lembradas, inclusive para que a nossa juventude e a população atual conheça a história, pois nós temos as sementes de regimes fascistas e autoritários. Hoje existem setores dentro de forças policiais que, se voltar a existir um regime de arbítrio, estarão prontos para torturar, espancar, para estuprar mulheres como fizeram, seviciar, sumir com corpos, colocar fogo, jogar no mar, como tudo foi feito. Essas pessoas são sociopatas, psicopatas e existem até

hoje incrustadas na própria estrutura governamental. Qual é a garantia para que isso não passe de um pequeno raio de atuação localizado? É garantir a democracia e seu aprofundamento.

## **DIRETAS JÁ**

A campanha das diretas foi algo grandioso. Inclusive foi em Goiânia o primeiro comício da Diretas Já!

Em 1984 a luta pela aprovação da emenda Dante de Oliveira se alastrou. Era uma emenda constitucional que este deputado do PMDB do Mato Grosso propôs para que o povo voltasse a ter o direito de votar para eleger o presidente da República. Essa luta mobilizou o Brasil. Aqui em Goiânia foi um movimento gigantesco, chegando a ter comícios com 400.000 pessoas na Praça Cívica. Na época o governador era Iris Rezende que deu todo o apoio.

Particpei da organização desse movimento e aproveitei para levar as bandeiras do PCdoB, que já estava em campanha pela legalização; o PCB também colocava as suas, e o PT fazia poucos anos que havia sido fundado. Aliás, esse comício das Diretas, foi algo engraçado. Particpei da organização juntamente com a equipe do governador e dos partidos políticos. Como o PCdoB ainda era ilegal, particpei como PMDB - tinha o Bloco Popular do PMDB. Nas reuniões nós éramos da coordenação e tínhamos aparelhos de rádio do Gabinete Militar do governador. A equipe da Polícia Militar que fazia a segurança do governador colocou isso a disposição da organização do comício das Diretas. Quando apareceram as bandeiras do PCdoB - nós programamos fazendo o croqui da praça, onde cada militante recebia orientações de qual quadrante deveria ocupar e o momento em que abriria as faixas e bandeiras - ouvimos no rádio: “Olhem os comunistas, não podem abrir as bandeiras, isso é ilegal, tem que tirar, tem que tomar”. Nós ouvíamos e comunicávamos ao pessoal para que mudassem de localização porque a polícia estava indo. Ficamos sabendo das informações através dos próprios aparelhos walk toks que nos disponibilizaram.

Aconteceram grandes caravanas à Brasília, e também o comício na Praça da Sé, em São Paulo, com a presença de mais de um milhão de pessoas. Goiânia participou levando mais de vinte ônibus a esse comício do Anhangabaú, na Praça da Sé, que coroou todo esse movimento das Diretas Já.

As diretas acabaram não sendo aprovadas e a disputa acabou indo para o Colégio Eleitoral. O PCdoB defendeu que iria derrotar a ditadura dentro do Colégio Eleitoral, que era uma eleição indireta com deputados, senadores, representantes das assembleias estaduais - eram poucos para escolher quem seria o presidente. O candidato da ditadura era Paulo Maluf, e o nosso candidato e do campo democrático todo era Tancredo Neves, político tradicional de Minas Gerais, conservador, mas que naquele momento estava jogando naquele papel democrático.

Muitas vezes entramos na luta, entramos para o partido achando que a luta revolucionária era a que seria decisiva, que a ditadura seria derrubada no processo de luta armada, e acabamos criando condições para derrotar a ditadura no Colégio Eleitoral, tendo como vice do Tancredo Neves o José Sarney, que até o mês anterior era presidente da Arena, que depois se transformou em PSD, o partido de sustentação da ditadura. Isso tudo estava nos ensinamentos de Marx e de Lenin, de que muitas vezes as classes dominantes se dividem e tem suas contradições, e as forças revolucionárias e democráticas têm que aproveitar essas contradições dentro dos próprios dominantes para que haja avanço.

Foi eleito, portanto, no Colégio Eleitoral. O Colégio Eleitoral aconteceu e a ditadura foi derrotada, derrotou-se Paulo Maluf, sendo eleito Tancredo Neves que infelizmente adoeceu e veio a falecer antes mesmo de tomar posse. Quem assumiu foi Sarney, que acabou fazendo um governo democrático. Convocou a Assembleia Nacional Constituinte em 1986, que acabou gerando a Constituição Nacional no ano de 1988, que foi uma Constituição avançada, tão avançada que hoje setores neoliberais querem desmanchá-la e não querem cumprir os direitos sociais, direitos dos trabalhadores, direitos básicos dos cidadãos que estão ali escritos.

Ainda precisamos avançar muito porque no Brasil já temos a democracia formal, a democracia política; podemos votar para presidente, para vice, para senador, deputado, prefeito, vereador. De quatro em quatro anos tem a troca, mas isso é democracia política. Hoje pode se organizar a UNE, as entidades estudantis, aliás, nem todas. Tem diretor que não permite que se organize o grêmio estudantil, e existe lei federal garantindo o direito dos estudantes de se organizarem em grêmios. O governo está de braços cruzados diante disso, não toma providências para orientar e impedir esse arbítrio que acontece em muitas escolas.

Não temos no Brasil ainda a democracia econômica: São milhões de brasileiros ainda excluídos, milhões de brasileiros que não têm condições de moradia digna, não têm condições dignas de trabalhar, de receber um salário que permita uma melhor qualidade de vida. Milhões de brasileiros que ainda não têm acesso ao ensino público e gratuito, milhões de brasileiros que não têm acesso a um transporte público de qualidade, que não têm acesso a tratamentos de saúde, acesso à cultura e a bens culturais. Essa é uma luta que está em dia.

Hoje muitos estão escrevendo trabalhos científicos, inclusive pessoas que foram daquela época, estão escrevendo livros dizendo que o movimento estudantil nada valeu; que o pessoal que participou daquela época está em cargos institucionais, apoiando o Governo. Nossa opinião é que temos que apoiar mesmo governos como o do Lula e da presidenta Dilma. Até porque lutamos, e muitos deram a vida, foram barbaramente torturados, foram assassinados ou estão desaparecidos até hoje, para a conquista de governos com esse perfil; que procuram fazer mais por aqueles que mais precisam, pela população pobre, pelos trabalhadores, para a garantia da soberania do Brasil, um Brasil com vida feliz, com mais igualdade, um Brasil mais humano.